



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

25/2024

PÁGINA Nº

1 de 12

RESPONSÁVEL

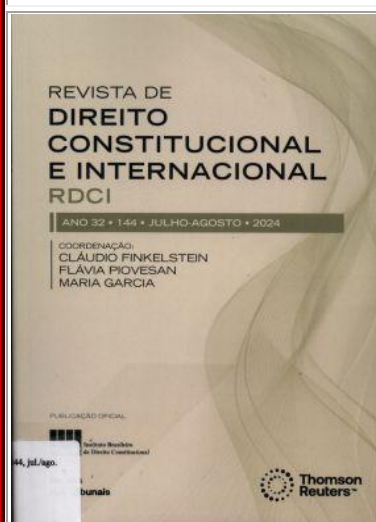
Iris Helena

SUMÁRIO

- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Ministério da Previdência Social
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

III- PERIÓDICO



Revista de Direito Constitucional e Internacional



Revista de Direito Consumidor



Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
25/2024

PÁGINA Nº
2 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 12.164, de 3 de setembro de 2024](#)

Altera o [Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997](#), que dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, das rodovias federais que menciona.

DOU - Seção 1, p. 2, 04/09/2024

[Decreto n. 12.166, de 5 de setembro de 2024](#)

Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela [Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018](#), e altera o [Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992](#), e o [Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992](#).

DOU - Seção 1, p. 9, 06/09/2024

[Lei n. 14.964, de 5 de setembro de 2024](#)

Institui o Dia Nacional do Médico Ultrassonografista.

DOU - Seção 1, p. 7, 06/09/2024

[Decreto n. 12.167, de 6 de setembro de 2024](#)

Autoriza o emprego das Forças Armadas para a garantia da votação e da apuração das eleições de 2024.

DOU - Seção 1, p. 1-2, 09/09/2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
25/2024

PÁGINA Nº
3 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Decreto n. 12.174, de 11 de setembro de 2024](#)

Dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DOU - Seção 1, p. 6, 12/09/2024

Ministério da Previdência Social

Gabinete do Ministro

[Portaria n. 2.983, de 11 de setembro de 2024](#)

Estabelece, para o mês de setembro de 2024, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

DOU - Seção 1, p. 58, 12/09/2024

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei n. 14.958, de 3 de setembro de 2024](#)

Altera a [Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023](#), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024.

DOU - Seção 1, p. 1, 04/09/2024

[Lei n. 14.959, de 4 de setembro de 2024](#)

Estabelece critérios mínimos para a outorga do título de Capital Nacional.

DOU - Seção 1, p. 4, 05/09/2024

[Lei n. 14.965, de 9 de setembro de 2024](#)

Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos

DOU - Seção 1, p. 1-2, 10/09/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
25/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Lei n. 14.967, de 9 de setembro de 2024](#)

Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a [Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#) (Estatuto do Desarmamento), a [Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002](#), a [Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#), a [Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003](#), e o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal); revoga a [Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983](#), a [Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994](#), e dispositivos da [Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008](#), da [Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995](#), e da [Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001](#); e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 2-6, 10/09/2024

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Portaria n. 280, de 4 de setembro de 2024](#)

Institui a Rede Nacional de Tratamento Adequado da Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário.

eDJ-CNJ n. 213, de 30/08/2024, p. 2-3

[Resolução n. 577, de 3 de setembro de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 417/2021](#), que institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0).

eDJ-CNJ n. 219, de 13/09/2024, p. 2-10



ALERTA SEBIB

NÚMERO
25/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Conselho da Justiça Federal

Secretaria-Geral

Retificação

No preâmbulo da [Portaria nº 545, de 29 de agosto de 2024](#), que dispõe sobre a publicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2024, publicada no DOU de 03 de setembro de 2024, Edição nº 170, Seção 1, Páginas 109/110, Onde se lê: "Portaria nº 545, de 29 de agosto de 2024" Leia-se: "[Portaria nº 525, de 29 de agosto de 2024](#)"

DOU - Seção 1, p. 154, 09/09/2024

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

Portaria n.927, de 11 de setembro de 2024

Altera a [Portaria Presi 130, de 31 de março de 2022](#), que institui o Laboratório de Inovação da Justiça Federal da 1ª Região - LabJF1.

BDTRF1, 12 de setembro de 2024

Portaria 928, de 11 de setembro de 2024

Altera a [Portaria Presi 534, de 3 de maio de 2024](#), modificando a composição do Laboratório de Inovação da Justiça Federal da 1ª Região – LabJF1.

BDTRF1, 12 de setembro de 2024

Corregedoria Regional

Portaria n.18, de 04 de setembro de 2024

Designação dos juízes e servidores que prestarão apoio na realização da Correição Ordinária na Seção Judiciária do Distrito Federal - SJ/DF e composição das equipes, conforme [Portaria COGER 12/2024](#).

BDTRF1, 05 de setembro de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
25/2024

PÁGINA Nº
6 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região

[Portaria n. 1, de 26 de agosto de 2024](#)

Institui Projeto com foco na priorização da solução consensual dos conflitos em processos com a Caixa Econômica Federal no polo passivo e sob acompanhamento terceirizado, e dá outras providências.

BDTRF1, 12 de setembro de 2024

[Portaria n. 3, de 26 de agosto de 2024](#)

Autoriza o fluxo de instrução concentrada para estimular acordos e aprimorar a celeridade e eficiência processual em demandas previdenciárias conta o INSS, no âmbito dos Centros Judiciários de Conciliação e Serviços de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região.

BDTRF1, 12 de setembro de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
25/2024

PÁGINA Nº
7 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL Nº 144 - JUL.-AGO./2024

DIREITO CONSTITUCIONAL

Avaliação sobre a deferência às escolhas administrativas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal <i>Assessment over deference to administrative choices in Brazilian Supreme Court's jurisprudence</i> LETÍCIA MENEGASSI BORGES e GIANFRANCO FAGGIN MASTRO ANDRÉA	13
A inconstitucionalidade da tramitação da PEC 08/2021 por violação às cláusulas pétreas da separação de poderes e do direito fundamental de acesso à justiça <i>The unconstitutionality of the processing of PEC 08/2021 due to violation of the permanent clauses of the separation of powers and the fundamental right of access to justice</i> ALYSSON SOUSA MOURÃO.....	37
Democracia e efeito <i>backlash</i> no direito brasileiro <i>Democracy and the backlash effect in Brazilian law</i> MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI WERMUTH e DAISY CRISTINE NEITZKE HEUER.....	61
Liberdade de expressão e responsabilidade civil de plataformas digitais <i>Freedom of expression and civil liability of digital platforms</i> FLÁVIA DE CAMPOS PINHEIRO, TAYARA TAVARES DE SOUSA e ANDRÉ SCHICARIOL MAGRI	91
O juízo de admissão sobre o "descumprimento de preceito fundamental" na ADPF: um espaço de análise subjetiva salutar a uma Suprema Corte ou insegurança? A resposta do STF na ADI 2.231 <i>The admission judgment on the "non-compliance with a fundamental precept" in the ADPF: A space for subjective analysis beneficial to a Supreme Court or insecurity? The STF's response in ADI 2,231</i> LOURI BRUNO BARBIERO e PÂMELA HELENA DA SILVA	109
O direito constitucional à igualdade e a supremacia da Constituição <i>The constitutional right to equality and the Constitution's supremacy</i> MARIA GARCIA	143



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
25/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
8 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

O direito de família contemporâneo
Contemporary family law
ISABEL CRISTINA ARRIEL DE QUEIROZ 155

DIREITOS HUMANOS

Pessoas com deficiência, educação inclusiva e metas da Agenda 2030: as tecnologias assistivas enquanto recursos pedagógicos e medidas estratégicas
People with disabilities, inclusive education and the goals of 2030 Agenda: assistive technologies as pedagogical resources and strategic measures
FLÁVIA PIVA ALMEIDA LEITE..... 183

O tratamento dos refugiados LGBTIA+ nos tratados internacionais e na lei brasileira
The treatment of LGBTIA+ refugees in international treaties and Brazilian Law
LUCINÉIA ROSA DOS SANTOS, VITOR GOULART NERY e RENATA MOQUILLAZA DA ROCHA MARTINS 209

DIREITO ELEITORAL

Judicialização da política em matéria eleitoral
Law and politics on electoral subject
MARCIO AYALA FILHO e EDUARDO RIBEIRO MOREIRA 231

DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL

Crise, Administração Pública e Cidadania em Portugal: vistos CPLP e vistos Schengen – complementares ou excludentes? (Primeira Parte)
Crisis, Public Administration, and Citizenship in Portugal: CPLP Visas and Schengen Visas - Complementary or Exclusionary? (First Part)
EVERTON PAUL MATHEUS COELHO 261

Transconstitucionalismo: um modelo de conversação constitucional entre ordens jurídicas estatais e supranacionais
Transconstitutionalism: a model of constitutional conversation among state and supranational legal orders
* EMERSON ADEMIR BORGES DE OLIVEIRA e ADERALDO CAVALCANTI DA SILVA JÚNIOR..... 291

As instituições do sistema de justiça da França: o dualismo jurisdicional francês e a modernização com as recentes reformas
The institutions of the France justice system: French jurisdictional dualism and modernization with recent reforms
PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS e WANDERSON CARLOS MEDEIROS ABREU..... 313



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
25/2024

PÁGINA Nº
9 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR Nº 154 – JUL.-AGO./2024

DESASTRES E CONSUMO

Os impactos das enchentes gaúchas nas relações de consumo: uma análise a partir da prática abusiva de elevação de preço em contextos climáticos

The impacts of the Rio Grande do Sul floods on consumer relations: an analysis based on the abusive practice of raising prices in climatic contexts

DÉBORA BÓS E SILVA, CLEIDE CALGARO e RICARDO MAURÍCIO FREIRE SOARES..... 15

A prestação de serviços públicos essenciais e o delito de atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública: os limites e as possibilidades de imputação subjetiva

The provision of essential public services and the crime of attacking the safety of public utility services: the limits and possibilities of subjective attribution

RICARDO ANTÔNIO LUCAS CAMARGO e VANESSA CHIARI GONÇALVES..... 37

ABUSO DE DIREITO, PESSOAS IDOSAS E ALGORITMOS

La protection des personnes âgées contre les comportements abusifs en droit des contrats et en droit de la consommation. L'âge et l'abus en droit des obligations et en droit de la consommation

Protecting the elderly from abusive behavior in contract law and consumer law. Age and abuse in contract law and consumer law

DOROTHÉE GUÉRIN-SEYSEN..... 73

Algoritmos discriminatórios e o Código de Defesa do Consumidor
Discriminatory algorithms and the Consumer Protection Code

JOEL GOMES DE PAULA JUNIOR e JOÃO MAURÍCIO ADEODATO 91

Desafios na regulamentação de algoritmos sob o Marco Civil da Internet

Challenges in regulating algorithms under the Internet Civil Law

DENNIS VERBICARO e HUGO JOSÉ DE OLIVEIRA AGRASSAR..... 109



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
25/2024

PÁGINA Nº
10 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

PROTEÇÃO DE DADOS E DO CONSUMIDOR

Consentimento para obtenção e tratamento de dados pessoais: o problema da decisão informada

Consent for obtaining and processing personal data: the problem of informed decision

LEONARDO TOZARINI MELLO e MARCELO GOMES SODRÉ..... 135

A publicidade direcionada por dados à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Targeted advertising by data in accordance with the General Personal Data Protection Law

CAROLINE AMADORI CAVET e JOSÉ LUIZ DE MOURA FALEIROS JR..... 161

DIREITO DIGITAL, CONSUMO, BOA-FÉ E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

"Neurolaw", neurodireitos e comércio eletrônico como lacunas éticas no sistema jurídico. Por uma metodologia do direito digital: nove diretrizes para sobrepor a autorregulação algorítmica pela regulação humana

"Neurolaw", neurorights and electronic commerce as ethical gaps in the legal system. For a digital law methodology: nine guidelines to override algorithmic self-regulation with human regulation

FERNANDO RODRIGUES MARTINS..... 191

Empréstimos consignados digitais e os impactos na vida financeira do consumidor

Digital payroll loans and the impacts on the financial life of the consumer

CRISTINA STRINGARI PASQUAL e LARISSA OLIVEIRA PALAGI DE SOUZA 219

Desafios da segurança cibernética e a responsabilidade do Marco Civil: perspectivas para o futuro

Challenges of cyber security and the responsibility of the Civil Framework: perspectives for the future

OSCAR IVAN PRUX, MARCELO NEGRI SOARES e WELINGTON JUNIOR JORGE MANZATO 239

Proteção dos consumidores na oferta de serviços de mensagens – Da proteção de dados, da liberdade e da democracia

Consumer protection in the offering of messaging services – Data protection, freedom, and democracy

GUILHERME MAGALHÃES MARTINS, ANDRÉ ROBERTO DE SOUZA MACHADO e EDUARDO CHOW DE MARTINO TOSTES..... 259



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
25/2024

PÁGINA Nº
11 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

CONSÓRCIO E SEGUROS

Consórcio e os limites das penalidades ao consumidor desistente:
análise crítica da jurisprudência

*Consortium and the limits of penalties for the withdrawing consumer:
a critical analysis of the jurisprudence*

LEONARDO ROSCOE BESSA e LEONARDO HENRIQUE D'ANDRADA ROSCOE BESSA.... 287

A contratação adesiva do seguro prestamista em terminal de au-
toatendimento: um exame sobre a prática comercial abusiva nas
relações de consumo

*The adhesive contracting of credit insurance in self-service terminals:
an examination of abusive commercial practice in consumer relations*

LUIZ GABRIEL DE ANDRADE e RICARDO MORISHITA WADA..... 315

ORDEM PÚBLICA E DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

Qualificação e efeitos da norma de ordem pública do Código de
Proteção e Defesa do Consumidor

*Qualification and effects of the Consumer Protection and Defense
Code Public Order Rule*

MARCUS VINICIUS FERNANDES ANDRADE..... 353

Revisão judicial da taxa de juros remuneratórios: análise do enten-
dimento consolidado pelo STJ sob a perspectiva da tutela jurídica
do crédito

*Review of the remuneratory interest rate: analysis of the under-
standing consolidated by the STJ from the perspective of legal credit
protection*

MARÍLIA DE ÁVILA E SILVA SAMPAIO e RODRIGO EL KOURY DAUD..... 387



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
25/2024

PÁGINA Nº
12 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA Nº 421 – JUL./2024

Assunto Especial

A QUESTÃO DE GÊNERO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

DOCTRINA

1. Preconceito e Segregação com o Corpo Trans: Pensar a Questão de Gênero no Âmbito das Relações de Trabalho
Carulini Polate Cabral, Lorena Duarte Viana e Tauã Lima Verdán Rangel 9

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Proteção Social às Pessoas em Situação de Rua
Gustavo Filipe Barbosa Garcia..... 46
2. Segurança Psicossocial nas Organizações: a Prevenção ao Adoecimento Mental
Adriano Jannuzzi Moreira..... 54
3. A Ilegal Arquitetura Processual do Capotamento da Revisão da Vida Toda
Rômulo Saraiva 65
4. O Sistema Jurídico Brasileiro no Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo
Fabiola Marques e Vanessa Carla Genaro Fernandes..... 73
5. Segurança Jurídica Pós-Reforma Trabalhista de 2017: uma Promessa Não Cumprida
Graziella Ferreira Alves 89